

~~SABER, aos que virem ou notícias tiverem, do presente EDITAL com o prazo de 20 (vinte) dias, que tramitou por este juízo e Secretaria Judicial, os autos da AÇÃO DE INTERDIÇÃO, processo nº 5001762-69.2026.8.13.0372, sentenciado em 15/07/2026, que DECRETOU A INTERDIÇÃO DE DORVALINA APARECIDA DA SILVA, brasileira, viúva, aposentada, inscrita no CPF sob o nº 047.920.976-65, RG MG-23.043.488, nascida em 23/08/1961, atualmente com 64 anos, filha de Sebastião Limiro da Silva e Alexandrina do Amaral Silva, residente e domiciliada à Rua Amazonas, nº 902, casa, Bairro Marília, CEP 35592-220, na Cidade de Lagoa da Prata - Minas Gerais para estabelecer as limitações previstas no art. 1.772 e/c 1.782 do Código Civil (privada de emprestar, transigir, dar quitação, alienar, hipotecar, demandar ou ser demandado, e praticar em geral os atos que não sejam de mera administração); mantendo incólumes os seus demais direitos políticos e civil, tendo como causa da Interdição CDR (3), nomeando-lhe curadora a requerente ZELMA APARECIDA MIRANDA PIMENTA, brasileira, casada, do lar, inscrita no CPF sob o nº 064.888.156-36, DI MG 13755578 SSP/MG, nascida em 08/12/1982, filha de José Miranda Neto e Dorvalina Aparecida da Silva, residente e domiciliada à Rua Amazonas, nº 902, casa, Bairro Marília, CEP 35592-220, na Cidade de Lagoa da Prata - Minas Gerais, que se comprometeu prestar o compromisso de bem e fielmente desempenhar o encargo, na forma da lei, bem como de promover tratamento adequado do requerido. E, para tanto expediu-se o presente edital que será afixado no local de costume e publicado, por TRÊS VEZES, com intervalo de dez dias. LAGOA DA PRATA/MG, data da assinatura eletrônica. SOPHIA GORET-ROCHA MACHADO Juíza de Direito.~~

LAGOA SANTA

Processos Eletrônicos (PJe)

~~COMARCA DE LAGOA SANTA 2ª VARA EDITAL PARA PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA, POR TRÊS VEZES INTERVALO DE 10 DIAS AÇÃO DE INTERDIÇÃO. O Dr. Carlos Alexandre Romano Carvalho, MM. Juiz de Direito, da 2ª Vara desta Comarca, na forma da lei, etc... Faz saber a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Secretaria se processaram os autos PJE nº. 5000975-73.2023.8.13.0686, Ação de Interdição de Eny Souza, requerida por Zilda Souza Alves, em razão da interditanda ser portadora de doença de Alzheimer, não dispondo da menor condição de reger sua pessoa e seus bens. POSTO ISSO, e por tudo o mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial, e, assim o fazendo, DECRETO A INTERDIÇÃO DE ENY SOUZA e, na forma do art. 85 da Lei nº 13.146/15 e/c o art. 4.º, inciso III do Código Civil de 2002, DECLARO A RELATIVAMENTE INCAPAZ para exercer pessoalmente, sem a assistência de sua curadora, os atos de emprestar, transigir, dar quitação, alienar, hipotecar ou dar em garantia, demandar ou ser demandando, e praticar, em geral, todos os atos negociais e patrimoniais da vida civil, tudo a teor do artigo do art. 85 supracitado. De conformidade com o art. 1.775 do Código Civil de 2002 NOMEIO como curadora a requerente ZILDA SOUZA ALVES. Em obediência ao disposto no art. 755, parágrafo terceiro do Código de Processo Civil e no art. 9º, inciso III do Código Civil de 2002, INSCREVA-SE a presente no Serviço Registral de Pessoas Naturais e PUBLIQUE-SE, por três vezes, pelo Órgão Oficial com intervalo de 10 dias. Outrossim, PUBLIQUE-SE a presente~~

~~sentença na Rede Mundial de Computadores, no sítio do TJMG e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça e MG, bem como por uma vez na imprensa local. ESCLAREÇO que as publicações supra referidas deverão conter os requisitos estabelecidos pelo art. 755, parágrafo terceiro do Código de Processo Civil. CUMPRASE o disposto no art. 795 do CPC e, tendo em vista que a curadora é filha da interditanda, não havendo, nos autos, prova em desfavor de sua idoneidade, hei por bem de DISPENSAR a requerente da apresentação da garantia exigida pelo art. 1.745, parágrafo único do Código Civil de 2002. Com fundamento no artigo 1.776 do Código Civil de 2002 e no art. 758 do CPC, DETERMINO a intimação da curadora para que promova, sob as penas da lei, o adequado tratamento médico e/ou psiquiátrico da interditada. E para que chegue ao conhecimento de todos, mandou expedir este edital, que será afixado no local de costume. Lagoa Santa, data da assinatura eletrônica. Júlio Veríssimo de Souza Meira, Escrivão Judicial, o subsecrevi. Carlos Alexandre Romano Carvalho, MM. Juiz de Direito.~~

LAVRAS

Processos Eletrônicos (PJe)

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE MINAS GERAIS
JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE LAVRAS
Av. Ernesto Mاتيoli, nº. 950, Santa Efigênia, Lavras/MG
CEP: 37206-690 Tel.: (35) 3829-4900, e-mail: lav2civel@tjmg.jus.br
EDITAL DE LEILÃO E INTIMAÇÃO
Pelo presente, faz saber a todos os interessados, que será levado a LEILÃO, o bem penhorado, na seguinte forma:
PRIMEIRO LEILÃO: dia 15/10/2026, com encerramento às 13:00 horas.
Os lances poderão ser oferecidos desde o momento do lançamento do lote no site da Leiloeira, até o horário do encerramento, por valor igual ou superior ao da avaliação. Não sendo verificado lances iguais ou superiores ao valor de avaliação, o leilão permanecerá aberto até a data do SEGUNDO LEILÃO: dia 29/10/2026, com encerramento às 13:00 horas, a quem mais der, excetuando-se o preço vil, considerado para tal o preço inferior a 60% (sessenta por cento) do valor da avaliação (art. 891, § único do CPC/2015), exceto nos casos onde há meaço (quando determinado pelo Juiz) ou copropriedade. REPASSE: OS BENS NÃO ARREMATADOS SERÃO DISPONIBILIZADOS NOVAMENTE EM REPASSE, EM ATÉ 15 MINUTOS APÓS O ENCERRAMENTO DO 2º LEILÃO, COM DURAÇÃO DE 01:00 HORA.
No caso de algum dia designado para a realização da Hasta Pública ser feriado, o mesmo realizar-se-á no próximo dia útil subsequente, independentemente de nova publicação do edital.
LOCAL: Através do site www.thaisteixeiraleiloes.com.br
PROCESSO: Autos nº 5005054-42.2020.8.13.0382 de CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, em que são Exequentes ALESSANDRO MAGNO NAVES (CPF: 559.678.176-20), PATRICIA PINTO DE SOUZA

NAVES (CPF: 816.508.686-34) e Executado PWG INCORPORAÇÕES E PARTICIPAÇÕES LTDA (CNPJ: 05.761.187/0001-60).
DESCRIÇÃO DO BEM: 01 (um) Apartamento de nº 706, localizado no 7º pavimento do Bloco 3, denominado Ipê Branco, do Edifício Dharma Ville Central Park, situado na Avenida Padre Dehon, nº 260, Centro, nesta cidade de Lavras/MG, com finalidade residencial, em condomínio fechado, padrão alto, com portaria e vigilância 24 horas, com área de 83,57m² (oitenta e seis metros e cinquenta e sete centímetros quadrados) e área real privativa e 61,6058m² de área comum; área total construída de 145,1758m², com as seguintes características: Pavimento tipo: Hall de circulação, escada, PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE MINAS GERAIS
JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE LAVRAS
Av. Ernesto Mاتيoli, nº. 950, Santa Efigênia, Lavras/MG
CEP: 37206-690 Tel.: (35) 3829-4900, e-mail: lav2civel@tjmg.jus.br
elevadores, três quartos, sendo um suíte, todos com piso laminado, um banheiro social, uma área de circulação, sala de estar e jantar conjugadas, com varanda, cozinha, área de serviço todos de porcelanato, com direito a vaga dupla de garagem coberta de nºs 16 e 16 vinculada, localizada no 2º Subsolo; com 0,00323301 de fração ideal/coeficiente de proporcionalidade no terreno, denominado área 2, com a área total de 9.822,61m², com as seguintes medidas e confrontações: 63,01m pela frente com a dita avenida; 151,44m pelo lado direito com a Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo; 127,51m pelo lado esquerdo com parte desmembrada denominada área 01, e, pelos fundos confronta 70,24m com Marta Zica Carvalho, Terezinha Vânia Costa Monteiro, Agostinho Martins, Ângelo de Paula Andrade e outros, Jaci de Paula e Rua José de Souza Andrade, daí volve à direita e segue 26,04m confrontando com a Rua José de Souza Andrade, volve à esquerda e confronta 15,15m com a Rua Monsenhor Aureliano, localizado no setor 01, zona 12, quadra 02, lote 663, sublote 000 da planta cadastral desta cidade. Imóvel matriculado sob nº 50.271 no Cartório de registro de Imóveis de Lavras/MG.
Obs.: Consta na Av. 03-50.271 a instituição de Patrimônio de Afetação (Lei nº 10.931/04). Ficam os licitantes cientes de que a obra do Edifício Dharma Ville Central Park já se encontra concluída e entregue, correndo eventual baixa do gravame por conta do arrematante.
(RE)AVALIAÇÃO: R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), em 16 de outubro de 2025. Atualizado para R\$ 830.219,75 (oitocentos e trinta mil, duzentos e dezenove reais e setenta e cinco centavos), em 11 de setembro de 2026.
LANCE MÍNIMO NO 2º LEILÃO: R\$ 498.131,85

(quatrocentos e noventa e oito mil, cento e trinta e um reais e oitenta e cinco centavos).

*No caso de determinação judicial, os bens poderão ser reavaliados ou sua avaliação atualizada pelo índice de correção monetária da Corregedoria de Justiça de Minas Gerais, até a data do leilão, podendo sofrer alteração em seus valores, os quais serão

informados pela Leiloeira Oficial no ato do leilão.

VALOR DO DÉBITO DA EXECUÇÃO: R\$ 325.357,46 (trezentos e vinte e cinco mil, trezentos e cinquenta e sete reais e quarenta e seis

PODER JUDICIÁRIO

ESTADO DE MINAS GERAIS

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE LAVRAS

Av. Ernesto Matioli, nº. 950, Santa Efigênia, Lavras/MG

CEP: 37206-690 Tel.: (35) 3829-4900, e-mail: lav2civel@tjmg.jus.br

centavos), em 30 de outubro de 2025.

LOCALIZAÇÃO DO BEM: Avenida Padre Dehon, nº 260, Apto 706,

Edifício Dharma Ville Central Park, Bloco 03 (Ipê Branco), Lavras/MG.

DEPOSITÁRIO: Não informado.

ÔNUS: Eventuais constantes na matrícula imobiliária.

O arrematante declara estar ciente de que, além de possíveis ônus

perante o CRI local, poderá haver outras restrições judiciais

originárias de outras Varas, que poderão causar morosidade na

transferência do bem perante o CRI. Fica desde já ciente o

arrematante que é responsável pela verificação de todos e

quaisquer ônus que recaiam sobre o imóvel, pois poderá ocorrer

novas inclusões após a confecção do edital de leilão e sua

realização. Os impedimentos para registro do imóvel, devem ser

informados via petição ao Exmo. Juiz que preside o processo, para

que officie as Varas e o CRI para as devidas baixas. O modelo de

petição poderá ser obtida junto a equipe da Leiloeira.

BAIXA PENHORAS, DEMAIS ÔNUS E TRIBUTOS: Com a venda no leilão,

caso haja penhoras, arrestos, indisponibilidades, e/ou outros ônus

que gravem a matrícula, o bem será leiloadado livre e desembaraçado

de quaisquer ônus, até a data da expedição da respectiva Carta de

Arrematação ou Mandado de entrega, conforme artigos 903, § 5º,

inclusive os débitos de natureza propter rem, conforme artigo 908,

§ 1º, ambos do CPC/2015. Débitos de IPTU, serão sub-rogados no

valor da arrematação nos termos do art. 130, "caput" e parágrafo

único, do CTN. Correrão por conta do arrematante, as despesas e os

custos relativos à desmontagem, remoção, transporte, transferência

patrimonial dos bens arrematados e diligências do Oficial de

Justiça, se houver. Além disso, tratando-se de direitos sobre

imóvel alienado fiduciariamente, os débitos decorrentes da baixa

da hipoteca e da alienação fiduciária são de responsabilidade do

arrematante (artigo 14, da Lei 6.015/1973).

Conforme disposto no art. 40 do Decreto-Lei nº 21.981/32, que

PODER JUDICIÁRIO

ESTADO DE MINAS GERAIS

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE LAVRAS

Av. Ernesto Matioli, nº. 950, Santa Efigênia, Lavras/MG

CEP: 37206-690 Tel.: (35) 3829-4900, e-mail: lav2civel@tjmg.jus.br

regulamenta a profissão da leiloeira e o art. 653 do Código Civil,

a atuação da Leiloeira Oficial ocorre por mandato, ou seja, apenas

realiza a intermediação da oferta dos bens, conforme as regras

determinadas pelo juízo responsável pelo processo e as

características certificadas nos autos. Portanto a Leiloeira

Oficial não se enquadra nas condições de fornecedor,

intermediário, ou comerciante, ficando assim eximido de eventuais

responsabilidades por vícios/defeitos ocultos ou não, no bem

alienado, como também por reembolsos, indenizações, trocas,

consertos e compensações financeiras de qualquer hipótese, nos

termos do art. 663, do Código Civil Brasileiro, não se sujeitando,

ainda, às normas do Código do Consumidor, por não se tratar a

compra em leilão judicial de relação de consumo. Por este motivo, não cabe qualquer

responsabilização desta profissional quanto à demora na posse ou

transferência do bem arrematado, divergências entre as características

encontradas nos bens recebidos em relação às características

constantes em edital, vícios ocultos, emissão de documentos, baixas de

restrições ou outras questões que recaiam sobre a arrematação.

HIPOTECA: Eventual gravame de hipoteca extingue-se com a

arrematação, assim, nada será devido pelo arrematante ao credor

hipotecário (art. 1.499, VI do Código Civil).

MEACÃO: Nos termos do Art. 843, do CPC/2015, tratando-se de

penhora de bem indivisível, o equivalente à quota-parte do

coproprietário ou do cônjuge alheio à execução recairá sobre o

produto da alienação do bem. É reservada ao coproprietário ou ao

cônjuge não executado a preferência na arrematação do bem em

igualdade de condições.

IMÓVEL OCUPADO: A desocupação do imóvel será realizada mediante

expedição de Mandado de Imissão na Posse que será expedido pelo

MM. Juízo Comitante.

DIREITO DE PREFERÊNCIA: Nos termos do artigo 1.322 do Código

Civil, quando a coisa for indivisível e os consortes não quiserem

adjudicá-las a um só, indenizando os outros, será vendida e

PODER JUDICIÁRIO

ESTADO DE MINAS GERAIS

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE LAVRAS

Av. Ernesto Matioli, nº. 950, Santa Efigênia, Lavras/MG

CEP: 37206-690 Tel.: (35) 3829-4900, e-mail: lav2civel@tjmg.jus.br

repartido o apurado, preferindo-se, na venda, em condições iguais

de oferta, o condômino ao estranho, e entre os condôminos aquele

que tiver na coisa, benfeitorias mais valiosas, e, não as havendo,

o de quinhão maior.

Assim, para que QUEM TIVER DIREITO (art. 892 § 2º e 3º, 843 § 2º,

ambos do Código Processo Civil) possa exercer o direito de

preferência dos bens leiloados, deverão, de modo prévio,

cadastrar-se e solicitar habilitação no site www.thaisteixeiraleiloes.com.br. Ao efetuar o

cadastro e habilitação, informar a CONDIÇÃO DE PREFERÊNCIA do bem, para

poder, se quiser, exercer referido direito; fornecer as informações e documentos requisitados, e aderir as regras do

gestor. O TERCEIRO que, não seguir este procedimento não estará

habilitado a exercer o direito de preferência. Respeitadas as

regras do DIREITO DE PREFERÊNCIA, havendo licitante em cada lote,

seja no 1º ou no 2º leilão, caberá ao TERCEIRO, se desejar, no

tempo disponibilizado pelo sistema gestor para que os lances sejam

cobertos por outros interessados, exercer o direito de preferência, ao menos igualando ao maior lance e

forma de pagamento ofertada.

LEILOEIRA: O Leilão estará a cargo da Leiloeira Oficial ora

nomeada, THAÍS COSTA BASTOS TEIXEIRA, JUCEMG sob nº. 629/2006, com

suporte técnico e utilização da Plataforma Leilões Judiciais

www.leiloesjudiciais.com.br.

COMISSÃO DA LEILOEIRA: Havendo arrematação, a comissão devida será

de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação, a ser

custeada pelo arrematante, assim como de 5% (cinco por cento) do

valor da proposta para aquisição em parcelas, devida pelo

proponente. Em caso de extinção do processo, por adjudicação

tardia, por remição ou por transação entre as partes, será devida

a remuneração da Leiloeira no equivalente a 2% (dois por cento) do

valor de avaliação do bem. Será devido à Leiloeira Oficial,

comissão de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação em

casos de acordo ou remição após a realização da alienação e

arrematação do bem, conforme artigo 7º, § 3º da Resolução 236/2016

do Conselho Nacional de Justiça, a ser arcado pelo executado

PODER JUDICIÁRIO

ESTADO DE MINAS GERAIS

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE LAVRAS

Av. Ernesto Matioli, nº. 950, Santa Efigênia, Lavras/MG

CEP: 37206-690 Tel.: (35) 3829-4900, e-mail: lav2civel@tjmg.jus.br

remidor. Caso o arrematante não realize o pagamento do lance

ofertado e da comissão, será devida pelo arrematante em favor da

Leiloeira a comissão conforme previsão em edital de leilão,

Decreto-Lei 21.981/1932 e Resolução 236/2016 do CNJ. Verificado o

não pagamento, a Leiloeira cobrará judicialmente o valor devido,

em razão do trabalho por ele realizado, valendo o

lance registrado em banco de dados como título executivo. Fica ciente o arrematante inadimplente que fraudar o leilão é crime previsto no artigo 358 do Código Penal e o Magistrado poderá determinar aplicação de multa e demais medidas judiciais previstas em Lei.

COMO PARTICIPAR DO LEILÃO: Quem pretender arrematar ditos bens, deverá efetuar cadastro prévio, no prazo de 24 horas de antecedência do leilão, através do site www.thaisteixeiraleiloes.com.br, devendo, para tanto, os interessados, aceitar os termos e condições informados no site.

Veja no site da Leiloeira Oficial a relação de documentos necessários para efetivação do cadastro. Ficam desde já cientes os interessados de que os lances oferecidos via INTERNET não garantem direitos ao participante em caso de insucesso do mesmo por qualquer ocorrência, tais como, na conexão de internet, no funcionamento do computador, na incompatibilidade de software ou quaisquer outras ocorrências. Desse modo, o interessado assume os riscos oriundos de falhas ou impossibilidades técnicas, não sendo cabível qualquer reclamação posterior.

Havendo lances nos 3 (três) minutos antecedentes ao horário de encerramento do leilão, haverá prorrogação de seu fechamento por igual período de tempo, a partir do horário de recebimento do último lance ofertado, visando manifestação de outros eventuais licitantes (arts. 21 e 22 da Resolução 236/2016 CNJ). Os arrematantes ficam cientes desde já que não sendo efetuado o depósito da oferta com o respectivo valor acrescidos da comissão da Leiloeira em até 24 horas, a Leiloeira comunicará imediatamente o fato ao Juízo (Pena de sofrer as penalidades legais, conforme Artigo 335 de Código Penal), informando também os lances imediatamente anteriores para que sejam submetidos à apreciação do

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE MINAS GERAIS
JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE LAVRAS
Av. Ernesto Matioli, nº. 950, Santa Efigênia, Lavras/MG
CEP: 37206-690 Tel.: (35) 3829-4900, e-mail: lav2civel@tjmg.jus.br

Juízo, sem prejuízo da aplicação de sanções legais (art. 897, do Código de Processo Civil).

Caso o arrematante vencedor não efetue o pagamento no prazo determinado, será convocado o segundo colocado na disputa para formalizar a arrematação.

Fica a Leiloeira autorizada a requisitar dos licitantes referências bancárias, idoneidade financeira e demonstrar inexistência de restrição em registro de cadastro de proteção ao crédito.

Os licitantes deverão acompanhar a realização da Hasta, permanecendo a qualquer tempo em condições de ser contatados pela Leiloeira Oficial para o ajuste de proposta, ou para

qualquer outra informação que se faça necessária. Eventual prejuízo causado pela impossibilidade de contato ou falta de respostas do licitante, principalmente quando esta não responder prontamente aos contatos da Leiloeira, serão de responsabilidade unicamente do próprio Licitante.

O(s) bem(ns) será(ão) vendido(s) no estado de conservação em que se encontra(m), sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas.

Fica ciente o arrematante de que, em caso de invalidação, ineficácia, resolução ou desistência da arrematação, sem culpa do arrematante, a Leiloeira Oficial procederá à devolução da comissão após a devida intimação e no prazo estabelecido pelo Magistrado. O valor da comissão a ser devolvido será acrescido de correção monetária, calculada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), desde a data do pagamento à Leiloeira até a data da efetiva devolução, conforme o art. 389 do CPC, sem a incidência de juros moratórios.

PAGAMENTO DE FORMA À VISTA: A arrematação far-se-á mediante pagamento à vista, no prazo de 24 horas da realização do leilão (art. 884, inciso IV, do CPC/2015).

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE MINAS GERAIS
JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE LAVRAS
Av. Ernesto Matioli, nº. 950, Santa Efigênia, Lavras/MG
CEP: 37206-690 Tel.: (35) 3829-4900, e-mail: lav2civel@tjmg.jus.br

ARREMATACÃO PELO CREDOR: Se o exequente arrematar o bem e for o único credor, não estará obrigado a exibir o preço, mas, se o valor dos bens exceder ao seu crédito, depositará, dentro de 3 (três) dias, a diferença, sob pena de tornar-se sem efeito a arrematação, e, nesse caso, realizar-se-á novo leilão à custa do exequente (art. 892, §1º, do CPC/2015). Na hipótese de arrematação com crédito, o exequente ficará responsável pela comissão devida à Leiloeira.

PAGAMENTO DE FORMA PARCELADA: O pagamento poderá ser parcelado em primeiro leilão por valor não inferior ao da avaliação e, em segundo leilão, pelo maior lance, desde que não considerado vil, conforme art. 895, I e II, do CPC, nas seguintes condições:

I - O arrematante deverá pagar 25% do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses;

II - As prestações são mensais e sucessivas, no valor mínimo de R\$ 1.000,00 cada;

III - Ao valor de cada parcela, será acrescido o índice de correção monetária da Corregedoria de Justiça de Minas Gerais;

IV - Será garantida a integralização do lance por hipoteca judicial sobre o próprio bem imóvel, através de

hipoteca na matrícula, no momento do registro da carta de arrematação.

Observação: O valor mínimo da avaliação do bem para que o parcelamento seja autorizado, deverá ser de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

ATRASO NO PAGAMENTO DA PARCELA: No caso de atraso ou não pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de 10% (dez por cento) sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas, autorizando o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos serem formulados nos autos do processo em que se deu a arrematação. Em qualquer caso, será imposta a perda dos valores já pagos em favor do exequente e Leiloeiro, voltando os bens a novo leilão, do qual não serão admitidos a participar o arrematante e o fiador remissos. Sobre direito de preferência - lances à vista sempre terão preferência, bastando igualar-se ao último lance ofertado de forma parcelada, o que não interfere na

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE MINAS GERAIS
JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE LAVRAS
Av. Ernesto Matioli, nº. 950, Santa Efigênia, Lavras/MG
CEP: 37206-690 Tel.: (35) 3829-4900, e-mail: lav2civel@tjmg.jus.br

continuidade da disputa.

VENDA DIRETA: Restando negativo o leilão, fica desde já autorizada a venda direta, observando-se as regras gerais e específicas já fixadas para o leilão, inclusive os preços mínimos. O prazo da venda direta é de 60 (sessenta) dias, sendo fechada em ciclos de 15 dias cada. Não havendo proposta, o novo ciclo será reaberto, até o prazo final, aplicando-se por analogia o artigo 880 do CPC

c/c art. 375 da Consolidação Normativa da Corregedoria Regional do TRF da 4ª Região, aprovada pelo Provimento nº 62, de 13/06/2017.

VISITAÇÃO: É vedado aos Senhores Depositários criarem embaraços à visitação dos bens sob sua guarda, sob pena de ofensa ao art. 77, inciso IV, do CPC, ficando desde logo autorizado o uso de força policial, se necessário. Em caso de imóvel desocupado, também fica autorizado a Leiloeira a se fazer acompanhar por chaveiro.

Igualmente, ficam autorizados os colaboradores da Leiloeira, devidamente identificados, a obter diretamente, material fotográfico para inseri-lo no portal da Leiloeira, a fim de que os licitantes tenham pleno conhecimento das características do bem.

DÚVIDAS e ESCLARECIMENTOS: Todas as informações necessárias para a participação dos licitantes no leilão, bem como quanto aos procedimentos e regras adotadas para sua validade, poderão ser adquiridas através do Telefone: 0800 500 9970 e do e-mail

contato@thaisteixeiraleiloes.com.br.
PUBLICAÇÃO DO EDITAL: O edital será publicado na rede mundial de computadores, no sítio da Leiloeira www.thaisteixeiraleiloes.com.br, e também no site de publicações e consultas de editais de leilão PUBLICJUD, www.publicjud.com.br, em conformidade com o disposto no art. 887, § 2º, do CPC/2015.
ARREMATACÃO: Assinado o auto, pelo Juiz, pelo Arrematante e pela Leiloeira Oficial, a arrematação será considerada perfeita, acabada e irrevogável, ainda que venham a ser julgados procedentes os embargos do executado ou a ação autônoma de que trata o § 4º deste artigo, assegurada a possibilidade de reparação pelos prejuízos sofridos (art. 903 caput, do CPC). Tratando-se de PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE MINAS GERAIS
JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE LAVRAS
Av. Ernesto Mattioli, nº. 950, Santa Efigênia, Lavras/MG
CEP: 37206-690 Tel.: (35) 3829-4900, e-mail: lav2civel@tjmg.jus.br
leilão eletrônico, a Leiloeira Oficial poderá assinar o auto pelo arrematante, desde que autorizado por procuração.
OBSERVAÇÕES GERAIS: A Leiloeira Pública Oficial, por ocasião do leilão, fica, desde já, desobrigada a efetuar a leitura do presente edital, o qual se presume seja de conhecimento de todos os interessados. Este edital está em conformidade com a resolução nº 236 de 13/07/2016 do CNJ.
INTIMAÇÃO: Fica desde logo intimado o Executado PWG INCORPORAÇÕES E PARTICIPAÇÕES LTDA, na pessoa de seus representantes legais, e seu cônjuge se casado for, bem como os eventuais: terceiros interessados, depositários, coproprietários, proprietário de terreno e/ou titular de: usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso; credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada; promitente comprador/vendedor; União, Estado e Município no caso de bem tombado, das datas acima, se por ventura não forem encontrados para a intimação pessoal, bem como para os efeitos do art. 889, inciso I, do Código de Processo Civil/2015 e de que, antes da arrematação e da adjudicação do(s) bem(ns), poderá(ão) remir a execução, consoante o disposto no art. 826 do Código de Processo Civil/2015. Fica(m) cientificado(s) de que o prazo para a apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos expropriatórios contidas no § 1º do art. 903 do CPC será de dez dias após o aperfeiçoamento da arrematação (art. 903, § 2º do Código de Processo Civil/2015).
E, para que chegue ao conhecimento de todos e no futuro ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será

publicado e afixado na forma da Lei. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca.
Lavras/MG, 15 de setembro de 2026.
MARIO PAULO DE MOURA CAMPOS
MONTORO
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE MINAS GERAIS
JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE LAVRAS
Av. Ernesto Mattioli, nº. 950, Santa Efigênia, Lavras/MG
CEP: 37206-690, Tel.: (35) 3829-4900, e-mail: lav2civel@tjmg.jus.br
EDITAL DE LEILÃO E INTIMAÇÃO
Pelo presente, faz saber a todos os interessados, que será levado a LEILÃO, o bem penhorado, na seguinte forma:
PRIMEIRO LEILÃO: dia 15/10/2026, com encerramento às 13:00 horas.
Os lances poderão ser oferecidos desde o momento do lançamento do lote no site da Leiloeira, até o horário do encerramento, por valor igual ou superior ao da avaliação. Não sendo verificado lances iguais ou superiores ao valor de avaliação, o leilão permanecerá aberto até a data do SEGUNDO LEILÃO: dia 29/10/2026, com encerramento às 13:00 horas, a quem mais der, excetuando-se o preço vil, considerado para tal o preço inferior a 60% (sessenta por cento) do valor da avaliação (art. 891, § único do CPC/2015);
exceto nos casos onde há meação (quando determinado pelo Juiz) ou copropriedade. REPASSE: OS BENS NÃO ARREMATADOS SERÃO
DISPONIBILIZADOS NOVAMENTE EM REPASSE, EM ATÉ 15 MINUTOS APÓS O ENCERRAMENTO DO 2º LEILÃO, COM DURAÇÃO DE 01:00 HORA.
No caso de algum dia designado para a realização da Hasta Pública ser feriado, o mesmo realizar-se-á no próximo dia útil
subsequente, independentemente de nova publicação do edital.
LOCAL: Através do site www.thaisteixeiraleiloes.com.br
PROCESSO: Autos nº 0029934-62.2015.8.13.0382 de EXECUÇÃO FISCAL, em que é Exequente MUNICÍPIO DE LAVRAS (CNPJ: 18.244.376/0001-07) e Executado ESPÓLIO DE JOSÉ BERNARDO DE BRITO (CPF: 258.265.066-87).
DESCRIÇÃO DO BEM: 01 (uma) Casa de moradia situada na Rua Carlos Antônio de Carvalho, nº 280, Bairro Fonte Verde (Gato Preto), nesta cidade de Lavras/MG, cercada por muro de blocos de alvenaria, com portão de lambril, de correr, sem automação para entrada de veículos, revestido de calçamento, com duas casas de morada, sendo uma com área de telhas coloniais, com colunas de alvenaria, com piso de alvenaria, com quatro quartos, uma sala, um banheiro social, uma cozinha com azulejos até o teto; e uma casa menor, com três quartos, sala, banheiro social e cozinha.
Descrição conforme matrícula imobiliária: Lote de terreno, situado na Rua Cava Colina Barbosa KM 153, BR 265, nesta cidade de

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE MINAS GERAIS
JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE LAVRAS
Av. Ernesto Mattioli, nº. 950, Santa Efigênia, Lavras/MG
CEP: 37206-690, Tel.: (35) 3829-4900, e-mail: lav2civel@tjmg.jus.br
Lavras/MG, próximo do lugar denominado Gato Preto, com a área de 2.846,92m², confrontando pela frente com a dita rua, onde mede 150,30m, de um lado, medindo 22,30m com Resende Carlos da Silva, pelos fundos medindo 144,50 m, com José Bonifácio de Alvarenga, e do outro lado com José Ailton, Samuel de Carvalho e João Leite, e três casas de um pavimento, sendo casa 1 com a área de 70,00m², casa 2 com 158,76m² e casa 3 com 69,35m², aí existentes. Imóvel com Inscrição Cadastral nº 41595 e matriculados sob nº 37.840 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Lavras/MG.
Obs.: Divergência Cadastral e Alteração Toponímica: Ficam os interessados cientificados de que há divergência entre a descrição do imóvel no Auto de Penhora e na matrícula imobiliária. Conforme esclarecido pelo Município de Lavras (Id: 10658750974), a disparidade decorre de alteração toponímica oficial da via pública nos termos da Lei Municipal nº 3.411/2008, que denominou a antiga "Rua Projetada" como Rua Carlos Antônio de Carvalho. Trata-se do mesmo imóvel, cuja alteração do nome da rua ao longo do tempo gerou uma inconsistência meramente formal entre o cadastro da Prefeitura e o registro no Cartório de Imóveis, o que não impede a sua exata e perfeita identificação.
(RE)AVALIAÇÃO: R\$ 390.000,00 (trezentos e noventa mil reais), em 24 de abril de 2023. Atualizado para R\$ 447.243,53 (quatrocentos e quarenta e sete mil, duzentos e quarenta e três reais e cinquenta e três centavos), em 10 de setembro de 2026.
LANÇAMENTO MÍNIMO NO 2º LEILÃO: R\$ 268.346,11 (duzentos e sessenta e oito mil, trezentos e quarenta e seis reais e onze centavos).
*No caso de determinação judicial, os bens poderão ser reavaliados ou sua avaliação atualizada pelo índice de correção monetária da Corregedoria de Justiça de Minas Gerais, até a data do leilão, podendo sofrer alteração em seus valores, os quais serão informados pela Leiloeira Oficial no ato do leilão.
VALOR DO DÉBITO DA EXECUÇÃO: R\$ 3.406,04 (três mil, quatrocentos e seis reais e quatro centavos), em 07 de janeiro de 2022.
LOCALIZAÇÃO DO BEM: Rua Carlos Antônio de Carvalho, nº 280 (antiga Rua Projetada / BR-265, Km 153), Bairro Fonte Verde / Gato Preto, Lavras/MG.
PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE MINAS GERAIS
JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE LAVRAS
Av. Ernesto Mattioli, nº. 950, Santa Efigênia, Lavras/MG
CEP: 37206-690, Tel.: (35) 3829-4900, e-mail: